SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO GLOSSÁRIO FILOSÓFICO-INFORMACIONAL MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Lourdes Maria dos Santos
Gustavo Silva Saldanha

INTRODUÇÃO

No Brasil, o percurso de construção da pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) a partir da atuação direta de bibliotecárias como Lydia Queiroz Sambaquy e Janice Monte-Mor no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), posteriormente Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), foi acompanhado por um processo histórico de reflexão teórica e metodológica, que ganhará seu aprofundamento quanti e qualitativo a partir dos anos 1990, com a multiplicação de pesquisas sob orientação dos cursos de mestrado e de doutorado. Destaca-se, aqui, uma das ênfases, original e de profunda relevância para o Brasil: o foco nos estudos históricos e epistemológicos em Ciência da Informação desenvolvidos a partir do Ibict.

A última década do século XX será marcada no campo pela intensificação do debate histórico-epistemológico. No período, sobressaem, no Instituto e em sua pós-graduação, por exemplo, os estudos de pesquisadoras como Gilda Braga, Gilda Olinto, Isa Freire, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Maria Nélida González de Gómez e Regina Maria Marteleto dentre outras, que atuarão diretamente na elaboração das abordagens histórico-teórico-metodológicas.

Apesar desse desenvolvimento, o campo, já ali com uma vasta teorização sobre as fontes de referência especializadas e a organização do conhecimento, pouco se dedicou a uma discussão sobre a dinâmica de tratamento dos dados de seus próprios construtos epistemológicos. Em outras palavras, da classificação conceitual de sua metarreflexão com foco na filosofia e na epistemologia em BCI até sua sistematização, com foco direto na produção ou reconstrução conceitual, poucos estudos foram manifestados. No Brasil, apesar das tentativas desenvolvimento de instrumentos como dicionários e tesauros, não ocorreu, pois, no plano estritamente epistemológico, nos anos 1990, uma preocupação com a ordenação dos conceitos ligados à fundamentação de uma teoria do conhecimento biblioteconômico-informacional.

Iluminando essa problemática, o presente estudo identificou na filósofa e epistemóloga Maria Nélida González de Gómez (1982, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 2000, 2001, 2002, 2006, 2008, 2009) uma das mais produtivas ações do pensamento no campo biblioteconômico-informacional no cenário conceitual, seja no diálogo com as teorias e as aplicações até ali tecidas, seja com distintas abordagens filosóficas clássicas e modernas, discutidas e reapropriadas até os dias atuais pela teórica nascida na Argentina e com sua trajetória acadêmico-científica construídas em território brasileiro. A pesquisa e os resultados aqui apresentados, integram a dissertação de mestrado defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação do professor Gustavo Silva Saldanha (Santos, 2017).

Em 1982, a pesquisadora González de Gómez, formada em Filosofia pela Universidade Nacional de Rosário, concluiu o mestrado em Ciência da Informação com a temática voltada a reflexão sobre as bases teóricas do campo em intensa movimentação. Posteriormente, já no Brasil, tornou-se pesquisadora do Ibict, concluindo seu doutorado em 1992. Ao longo de mais de 30 (trinta) anos, a pesquisadora desenvolveu uma extensa produção bibliográfica que se encontra em livros, artigos, comunicações completas e resumos publicados em eventos. Destaca-se, nesta produção, a profunda reflexão filosófica, a compreensão da formação histórica das ideias e das subdisciplinas da BCI, a constituição e a transformação de seus conceitos, a configuração epistemológica do campo e a observação das políticas de informação sob as lentes do campo biblioteconômico-informacional.

O pensamento de González de Gómez se apresenta, pois, de um lado, como um (ainda que não o único) modelo para reconhecermos no contexto nacional a problemática da produção e da dispersão conceitual no plano epistemológico do campo, e, de outro, coloca-se como potencial e vasto universo que possibilita amostras para experimentos em fontes de referência especializadas e organização do conhecimento com vistas ao acesso e ao aprofundamento do debate epistemológico biblioteconômico-informacional, como o caso dos glossários especializados, especificamente aqueles oriundos dos contextos histórico e teórico do campo.

Diante de tal elaboração conceitual e dos dilemas epistemológicos do campo no contexto de sua organização, o seguinte problema de pesquisa se apresentou desde o início do estudo: como podemos ampliar as potencialidades de organização e de acesso à produção epistemológica em BCI? Identificou-se que, através da discussão teórico-metodológica no contexto das fontes especializadas e da teoria terminológica, com vistas à criação e à

aplicação de uma ficha de representação do conceito, seria possível estabelecer subsídios para a elaboração de um glossário a partir dos construtos conceituais já manifestados no campo; logo, tal experimento viria se constituir como (parte da) solução para esse problema. Os conceitos se tornariam assim os "pontos de acesso" da construção do pensamento epistemológico e permitiriam conhecer e integrar uma bibliografia teórica em BCI.

A proposta estrutural dos passos do estudo, desta maneira, foi extrair os conceitos elaborados e/ou apropriados por González de Gómez; apresentar as margens de definição e as combinações lógicas e ontológicas, segundo Dahlberg (1978a, 1978b); relacionar as remissivas segundo Cesarino e Pinho (1978). O foco empírico do estudo está, assim, na elaboração do experimento de um glossário experimental, instrumento que se baseia na conjunção dos estudos de Fontes de Referência Especializadas e da Terminologia. Especificamente, interessa-nos aqui os modos teórico-aplicados de subsidiar a constituição de um glossário filosófico. Esse tipo de ferramenta tem como fim tornar conhecido, divulgar e sistematizar um determinado conhecimento. Como uma fonte de referência especializada, o glossário apresenta os conceitos e reconhece os elementos que fazem parte daquele saber. Para um sistema de informação, o glossário se torna um instrumento de apoio na elaboração de tesauros e uma ferramenta bibliográfica de representação para recuperação da informação, o que coloca o estudo presente e seu produto na fronteira entre fontes especializadas, organização do conhecimento, terminologia e epistemologia.

Dada a contextualização do objeto de estudo, a pesquisa teve o seguinte objetivo geral, a saber, construir subsídios teórico-aplicados para a elaboração de um glossário especializado no contexto da epistemologia biblioteconômico-informacional. Como objetivos específicos: a) identificar os conceitos criados e/ou apropriados por Maria Nélida González de Gómez; b) sistematizar os conceitos apresentados nos artigos da pesquisadora; c) discutir a abordagem teórica sobre obras de

referência e sua relação com os estudos terminológicos; d) aplicar as abordagens teórico-metodológicas na elaboração de uma ficha de identificação de conceito; e) realizar o experimento de apropriação da ficha de identificação de conceito a partir da produção conceitual em BCI (Santos, 2017).

Os principais referenciais teóricos adotados neste trabalho foram os estudos desenvolvidos por Lydia Queiroz Sambaquy (1957), Lena Vania Ribeiro Pinheiro (1995, 2000), além de sua produção junto de José Mauro Matheus Loureiro (Pinheiro, Loureiro, 1995) e Nanci Oddone (2004), que fundamentam a construção inicial da pós-graduação em BCI no Brasil e a busca pela formação da base teórica do campo. Os estudos teóricos sobre fontes especializadas de referência foram abordados na pesquisa a partir de Eduardo Wense Dias (2000), ao lado de Claire Guichat e Michael Menou (1994). A teorização sobre os dicionários especializados e glossários filosóficos foi apresentada através das revisões e das definições de Paul Otlet (1934), junto de Bernadete Campello e Paulo da Terra Caldeira (2008).

O uso da terminologia seguiu o percurso de interpretação do pensamento de Maria Luiza de Almeida Campos (2001) e Hagar Espanha Gomes [199?] que, juntas, apresentam Eugen Wüster e a Teoria Geral da Terminologia. Para a compreensão crítica da teoria terminológica, Alain Rey (1979), Maria das Graças Krieger e Maria José Borcony Finatto (Krieger; Finatto, 2015) também são adotados. Ingetraut Dahlberg (1978a, 1978b), por sua vez, é apropriada no debate sobre a construção da Teoria do Conceito (TC) e sua aplicação nas fontes de referência especializada e na organização do conhecimento. A adoção da TC se dá aqui na procura pela relação direta entre o objeto de estudo da pesquisa, o método e a proposta empírica.

MARCO TEÓRICO

Para reconhecer o cenário de construção de um pensamento e o contexto teórico de manifestação dos conceitos

oriundos da trajetória das ideias, o referencial que estrutura o delineamento do objeto de estudo foi dividido em quatro dimensões complementares. O foco esteve em aproximar as relações entre o pensamento de González de Gómez e as abordagens teóricas que permitem o reconhecimento de seus conceitos, a saber, os estudos sobre fontes de referência especializadas e a teoria terminológica.

Dessa maneira, as quatro dimensões abaixo foram trabalhadas:

- o Ibict e a formação da pós-graduação no Brasil;
- a descrição biobibliográfica de e sobre Maria Nélida González de Gómez;
- os estudos teóricos sobre fontes de referência especializadas;
- o uso da terminologia na construção de obras de referência, com foco nos glossários filosófico-conceituais.

SOBRE IBBD-IBICT E A FORMAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO INSTITUCIONAL ONDE SE CONSTITUIRÁ O PENSAMENTO DE GONZÁLEZ DE GÓMEZ PARA O CAMPO BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAL DESDE O BRASIL

A trajetória das instituições dedicadas à organização do conhecimento no contexto do pensamento brasileiro, em suas mais diferentes áreas científicas, demarca uma relação direta com o presente objeto de estudo. Desde a origem de tais organizações, compreende-se que instrumentos como glossários estão diretamente ligados a um discurso de ordenação e de acesso aos saberes de um dado domínio.

Nesse horizonte, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) nasce em 1954 com o intuito de apoiar o

desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Como diz Lydia Queiroz Sambaquy,

> Devido à dispersão e ao desamparo do trabalho intelectual em nosso País, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação reúne as funções próprias dos centros de documentação especializados e aquelas peculiares ao centros bibliográficos gerais, a fim de tornar mais fácil, não somente os trabalhos das instituições científicas, técnicas, industriais, mas, ainda, o aperfeiçoamento dos trabalhos biblioteconômicos e bibliográficos, que são de interesse básico para o desenvolvimento, no Brasil, da pesquisa científica e da educação superior. (Sambaquy, 1957, p. 4).

Lydia trouxe, em sua bagagem teórica, os estudos de Paul Otlet (em que encontramos uma das mais profundas produções de sínteses conceituais no campo biblioteconômico-informacional) com relação à Bibliografia e à Documentação, o que a fez pensar em criar o IBBD com o objetivo futuro de criar a estrutura inicial de uma biblioteca nacional de ciência e tecnologia no país. Como apontam Pinheiro e Loureiro (1995, p. 11),

> O Instituto (IBBD), criado em 1954, já oferecia, desde 1955, um curso de pesquisas bibliográficas em ciências médicas e em ciências agrícolas, depois Curso de Documentação Científica, hoje Curso de Especialização em Documentação e Informação, mantendo a mesma sigla.

Do ponto de vista nacional, o Brasil, em 1964, sofreu o golpe militar e a população teve os direitos políticos suspensos. Em "virtude das novas construções teóricas que começam a ser utilizadas no contexto, parece difícil enfrentar a estruturação de um órgão como o IBBD apenas na posse de conceitos biblioteconômicos." (Odonne, 2004, p. 113). O fato é confirmado por Pinheiro (2000) no artigo "Infraestrutura da pesquisa em Ciência da informação no Brasil".

> As razões do estabelecimento de uma política científica pertencem a cinco categorias, assim estabelecidas por Freeman (1968) a) militares b) prestígio, c) econômicas d) sociais e) de progresso da ciência pela própria ciência, os puramente científicos. (Pinheiro, 2000, p. 4).

Em 1965, Lydia deixou a presidência do IBBD a cargo das bibliotecárias Célia Zaher e Hagar Espanha Gomes. Em 1970, o IBBD cria o Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação que prossegue juntamente com os cursos de documentação cientifica até a década de 80. Esse processo histórico é um marco para o início de uma reflexão teórica e a produção direta de conceitos orientados para o pensamento biblioteconômico-informacional.

Pinheiro (1995) aponta as fases dos estudos teóricos da área e diz a fase entre 1970 e 1989 é a delimitação do terreno epistemológico: princípios, metodologias e teorias próprios e influência das novas tecnologias. Portanto, percebe-se que a pesquisadora, reincidentemente, afirma que o campo precisava construir a sua própria epistemologia.

Ao longo da década de 70 e início da década de 80, o PPGCI Ibict UFRJ apresentava como linhas de pesquisa "Planejamento de sistemas" e "Processamento técnico da informação". As disciplinas "Catalogação avançada" e "Técnicas de indexação e resumo" foram excluídas ao longo dos anos. Já a disciplina "organização e serviços de informação" passou a ser intitulada "Organização de sistemas de informação". O escopo epistemológico, dessa maneira, até ali, não estava evidenciado formalmente, ainda que as teorias e os conceitos estivessem em debate, ou seja, a existência de uma produção reflexiva já se instaurava na pesquisa nacional.

Em 1976, ocorreu uma mudança nas linhas de pesquisa do mestrado. As novas configurações eram: "Usuários, administração de sistema de informação" e "Transferência de informação". Ocorreu, no mesmo ano, a alteração de nome do órgão para

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). (Pinheiro; Loureiro, 1995). O foco da alteração demarcava um horizonte orientado de subsídios de dados científicos para o desenvolvimento industrial do estado. Em 1980, com a mudança do órgão para Brasília, ocorre a permanência do PPGCI no Rio de Janeiro, mantendo-se o convênio com a UFRJ.

É nesse contexto histórico-teórico de mutações organizacionais que Maria Nélida González de Gómez conclui, em 1982, o mestrado em Ciência da Informação no Ibict, na gestão sob o acordo de cooperação com a UFRJ, com a dissertação "A configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: estudo de caso." Os temas centrais da dissertação tratavam da organização e produção do conhecimento nos cursos oferecidos pelo próprio órgão. A dissertação foi orientada por Ana Maria Marques Cintra, doutora em Linguística e pesquisadora no ensino da língua portuguesa. Percebe-se, desde o seu primeiro trabalho científico no campo, a preocupação de González de Gómez com a questão epistemológica e a produção de conceitos em BCI. Em 1992, portanto, dez anos depois, González de Gómez concluiu o Doutorado em Comunicação, no contexto do mesmo acordo de cooperação Ibict – UFRJ, com a tese "Informação, inovação e democratização: a transferência de conhecimento e o movimento associativo". A tese foi orientada por Aldo Barreto, doutor em Ciência da Informação e pesquisador no domínio do conhecimento e inovação do próprio Ibict.

NARRATIVA BIOBIBLIOGRÁFICA E INSTITUCIONAL SOBRE E DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

Do foco na perspectiva histórica institucional, passamos ao plano do sujeito, ao olhar direto sobre a trajetória da pesquisadora e seus destinos até a apropriação e construção de conceitos no escopo epistemológico do campo. Esse percurso leva González de Gómez da graduação em Filosofia na Argentina à liderança no discurso epistemológico em BCI no território brasileiro.

González de Gómez se forma, em 1968, em Filosofia pela Universidade Nacional de Rosário. Nesta universidade, a pesquisadora ministra aulas de filosofia até o ano de 1978. Posteriormente, transferiu-se para a Universidade Estadual de Porto Rico e concedeu aulas na área de Filosofia e História da Cultura. Ao retornar à Argentina, González de Gómez voltou a lecionar filosofia e realizou em paralelo a avaliação de um projeto em educação. Este projeto, com os professores da Província de Santa Fé, fez com que a pesquisadora iniciasse os percursos e usos para entender a linguagem na vida cotidiana. Essa reflexão marca sua produção teórica em sua transferência para o Brasil e na continuidade de suas pesquisas no IBICT (González de Gómez, 2012).

O desenvolvimento da autonomia do programa de pós-graduação em Ciência da Informação do Ibict teve a contribuição direta de González de Gómez. Sua já mencionada dissertação de mestrado, apresentada em 1982, divulgou um estudo de caso com os principais temas de interesse dos professores de Biblioteconomia, ou seja, docentes do curso de especialização em Documentação e Informação. Os resultados obtidos foram centrais para a remodelação do curso de mestrado. Além disso, após a pesquisa, a partir de 1983, González de Gómez passou a integrar o quadro de pesquisadores do Ibict.

Em paralelo à transferência de Nélida para o Brasil e sua integração ao PPGCI Ibict UFRJ, observa-se, no período (anos 1980), a consolidação da pesquisa no campo no contexto nacional. Nessa década, surge o doutorado no campo, a partir da Universidade de São Paulo (USP), e é criada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, a ANCIB, em 1989.

A década seguinte é reconhecida, pois, pelo rápido crescimento e multiplicação dos programas de pós-graduação, bem como do aprofundamento da produção conceitual e dos questionamentos epistemológicos do campo. É nesse contexto, como antevisto, que a pesquisadora concluirá seu doutorado, ação

que estabelece objetivamente um contínuo histórico nos trilhos desse desenvolvimento epistemológico do campo, o que gerará o desenvolvimento de grupos e linhas de pesquisa, com atuação direta de Nélida do Ibict para o cenário nacional. São exemplos o nascimento do grupo de pesquisa "Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade da Ciência da Informação", de Nélida e Lena Vania Ribeiro Pinheiro, e o surgimento do grupo de trabalho 1 da ANCIB, chamado "Estudos históricos e epistemológicos em Ciência da Informação", também projetado por ambas as pesquisadoras do Instituto.

No contexto da pesquisa (Santos, 2017), González de Gómez apresentava-se como única bolsista de produtividade em pesquisa 1A do CNPq na área da Ciência da Informação no Brasil, professora visitante sênior da Universidade Federal Fluminense, onde atuava no Programa de Pós-Graduação da Ciência da Informação PPGCI UFF, além de permanecer como professora colaboradora, o corpo de docentes do PPGCI Ibict UFRJ.

DAS FONTES DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADAS AOS GLOSSÁRIOS: A CAMINHO DE UM MODO DE OBSERVAR A PRODUÇÃO CONCEITUAL EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dias (2000) as fontes de referência promovem um tipo de resposta específica a uma consulta realizada. Existem, pois, diferentes tipos de fontes de referência com distintos recortes temáticos, sistematizados segundo uma estrutura própria. O objetivo da fonte referência é responder uma pergunta/consulta delineada em um dado domínio. Não são obras para leitura integral e, sim, leitura sistemática. O pesquisador ainda relata que na literatura corrente sobre fontes de informação o conceito "obras de referência" é abordado como equivalentes a "fontes de referência". Os termos *reference work* e *reference source* são os conceitos de uso corrente da comunidade científica internacional para identificar o domínio.

No plano histórico, Campello e Caldeira (2008) relatam que a concepção dos dicionários nasceu entre os monges copistas, em razão da dificuldade de compreender palavras em latim. Os monges registravam o que compreendiam sobre os textos nas margens dos manuscritos. Estas explicações, as "glossas", passam a ser instituídas para apoiar a tradução das palavras. Este fato, na Idade Média, gerou uma lista de palavras, ou *glossae collectae*, que dá origem ao dicionário bilíngue.

Guichat e Menou (1994) abordam as fontes de referência como as primeiras obras consultadas para norteamento da pesquisa. A intenção de tais instrumentos é organizar de forma sistemática o conhecimento sobre a consulta realizada.

Dias (2000) esclarece que

> Alguns glossários e terminologias, dependendo da extensão e nível do tratamento dos verbetes, podem funcionar como dicionários temáticos. Os dicionários temáticos não contêm breves explicações mas vão além da definição e possuem dados como informações biográficas e históricas. Alguns dicionários temáticos vão além de fornecer simples verbetes e vão além de um dicionário e se assemelham a uma enciclopédia apresentando longas explicações para os verbetes são os dicionários enciclopédicos. (Dias, 2000, p. 202-203).

Para Guichat e Menou (1994) há variadas fontes de referência, sendo que os glossários ou obras de terminologia são classificados no grupo de fontes de referências especializadas. Os dicionários ordenam e explicam alfabeticamente um conjunto de palavras de uma mesma língua ou de diferentes línguas. Já os glossários ou obras de terminologia ficam na função de esclarecer e divulgar termos comuns a comunidades cientificas ou não. Em Otlet (1934, p. 141) sobre dicionários, léxicos, vocabulários e glossários, o pesquisador relaciona todas as formas como variações de dicionários. De maneira concisa e genérica, o documentalista

belga define o glossário "como um dicionário onde se explica palavras menos conhecidas."

O surgimento dos glossários filosóficos se dá através dos dicionários temáticos. Como visto, o glossário, desde a sua origem, tem como objetivo esclarecer o significado dos conceitos em um domínio pré-definido. Do mesmo modo, seu nascimento está diretamente relacionado ao universo lexical e aos problemas terminológicos (entre idiomas distintos e, posterirormente, entre línguas de especialidade diferentes).

Constata-se que, na estrutura de ordenamento de verbetes de um dicionário surge, a definição acerca da temática para a construção das fontes de referência especializadas orientadas para o domínio filosófico, como dicionários especializados, glossários, vocabulários, léxicos filosóficos e/ou de obras filosóficas e/ou (ainda) de filósofos. Através da abordagem terminológica, podemos, pois, compreender e estabelecer parâmetros teórico-metodológicos para a compreensão destas formas artefactuais de fontes de referência especializadas.

O USO DA TERMINOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE REFERÊNCIA: A CAMINHO DE UM MÉTODO

A terminologia é um amplo domínio de investigação da linguagem especializada. Sua abrangência perpassa a terminologia estritamente linguística (teorização desenvolvida pontualmente "dentro" da ciência Linguística) e a terminologia bibliográfica (ou documentária), no contexto da organização do conhecimento, fruto do desenvolvimento do plano epistemológico em BCI. Ambas as abordagens terminológicas – linguística e documentária – estudam as palavras e seus sentidos. A diferença estrutural (ainda que não mutuamente exclusiva) entre ambas está na relação do referente e da definição.

> Para a TGT, trabalho terminológico inicia com o conceito que possui uma unidade de denominação

> que é o que é o termo. Um termo designa um conceito. A unificação de conceitos e termos, caracteriza a Terminologia como sendo de natureza prescritiva. Porém, a esfera do é diferente daquela do conceito. O conceito é o significado do termo. Para a Lexicografia, a unidade do trabalho é a palavra, que pode possuir conotações. Na TGT, o conceito pertence, sempre a língua especializada. (Campos, 2001, p. 66).

A terminologia, diferente da Lexicografia, "trabalha no âmbito da língua artificial aqui entendida como aquela que se configura dentro de um determinado grupo de especialistas" e, por conseguinte, visa "permitir uma relação unívoca entre conceito e a denominação e se limita a situações bem definidas e não pode ser generalizada." (Campos, 2001, p. 66-67).

A Teoria Geral da Terminologia (TGT) foi criada por Eugen Wüster, no início do século XX, e é considerada o marco teórico da terminologia. Wüster, engenheiro austríaco, desenvolve a terminologia da eletrotécnica, na década de 30, e seu propósito é construir um vocabulário com termos técnicos para fortalecer a comunicação do vocabulário próprio e comum usado entre os engenheiros (Campos, 2001).

Nesta mesma época, com a teoria, a Escola de Viena, na qual Wüster fazia parte, a Academia de Ciências da Rússia dos terminológos Drezen e Lotte e Professor Caplygin, mais a Escola de Praga, representada por Benes, Mathesius, Vachcek e Trubetzkoy muito contribuíram pela disseminação da TGT. As academias científicas entendem que o estudo terminológico é fundamental para o desenvolvimento da ciência (Campos, 2001).

A teoria se propõe sistematizar o conceito e suas relações entre conceitos. Na proposta de Wüster, no discurso de Gomes:

> Pode-se pensar que a Terminologia seja um ramo da Lingüística, porque se ocupa de termos e termos são unidades lexicais. Nada mais falso. Segundo a Teoria Geral da Terminologia, a atividade terminológica trata de conceitos e sua

> sistematização; ela tem início no conceito e termina no termo. E termo é uma palavra ou um grupo de palavras que designa um conceito, guardando com ele uma relação unívoca. Ela incorpora, sobretudo, a realidade extralinguística. Seu objeto não é a língua, mas o conceito. Somente após este estar bem estabelecido, com seu conteúdo identificado, é que vamos nos ocupar do termo que o designa. Segundo a TGT, existe uma relação direta entre o termo e o referente, e esta relação se dá via conceito. [...]. Para Wüster os conceitos se relacionam lógica e ontologicamente. As relações lógicas se dão por abstração. As relações ontológicas são aquelas que se referem ao objeto numa realidade empírica: sua relação com outros no tempo ou no espaço. São relações lógicas as relações de superordenação/subordinação - ou genérico-específicas; as relações ontológicas englobam as relações partitivas e as relações seqüenciais (contigüidade no espaço ou no tempo). Neste aspecto, a TGT oferece bases mais seguras para o estabelecimento das chamadas relações não-hierárquicas (associativas) nos tesauros. (Gomes, 199?, n.p.).

As contribuições de Wüster trazem para os estudos terminológicos a relação entre o objeto e as partes advinda do conhecimento adquirido pela simples observação de objetos e processos, sem que se tenha necessariamente, a comprovação cientifica sobre o que foi observado.

Na visão de Alain Rey (1979), francês, linguista e terminólogo, em sua obra, *Le terminologie: noms et notions*, a feitura do pensamento terminológico se deu mediante a

> Construção do conceito de nomenclatura e a concepção do conceito terminologia. O termo e sua nomenclatura ou descrição advém da Platão que refletia sobre o problema de denominar os objetos do mundo. Outro momento importante foi o surgimento da palavra nomenclatura, do

> latim "nomen" (nome) e "calare" (a chamar) que no sec. XVI, na França, foi um termo incorporado ao sentido de glossário, ou lista de nomes. O que gerava confusão com o termo dicionário que era mais adotado na Inglaterra, que em latim "dictio" significa falar. Em 1615, os ingleses criaram a expressão "tratado relativo as artes", no sentido do latim, tekné (técnica, objeto para uso) e incluíram o termo no Dictionnaire L'abbey Prevost em 1750. A intenção era reivindicar a criação do sentido do glossário. A França rejeitou o termo, pois acreditava ser um discurso especializado sobre regras e era necessário definir as palavras que fundamentassem este discurso. (Rey, 1979, p. 3-4, tradução nossa).

A noção "terminologia" surge pela primeira vez no *Dictionnaire universel d'Antoine Furetière*, de 1690. Este dicionário trazia como definição para "terminologia" a dimensão do valor em se criar normas técnico-científicas sob uma visão "extra linguística e universal". Este breve histórico apresentado por Rey (1979) demonstra, mais uma vez, a estreita relação dos primeiros estudos terminológicos e estudos de fontes de informação especializadas.

Como suplemento fundamental para a apresentação e a relação entre os termos, no século XIX, Charles Ammi Cutter apresentava as regras que demonstravam as relações lógicas por aproximação chamadas de remissivas "ver" e "ver também" utilizadas na construção do catálogo alfabético de assunto e hoje, amplamente usadas em tesauros e em ficha de conceitos para construção de fonte de referência especializada (Cesarino; Pinto, 1978).

No desenvolvimento das pesquisas científicas no campo terminológico linguístico, percebe-se o surgimento, entre a criação da teoria, dos nos 30 até a década de 70, de críticas ao viés estritamente terminológico, apontando para os seus limites. Rey (1979) enfatiza que

> Os estudos terminográficos, ao aplicar a TGT de Wüster se torna a aplicação terminológica distinta, incerta e arcaica. Distinta por utilizar de pressupostos divergentes existentes na linguística, na lexicografia, na nomenclatura e taxonomia, na análise documentária, na tradução. Cada um destes campos disciplinares influenciam a concepção da teoria terminológica. As escolas científicas se baseiam em pressupostos incertos, o que faz com que a aplicação da terminologia seja efetuada de formas diferentes e conclui que a teoria é arcaica, pois é baseada nos pressupostos divergentes oriundos da metafísica de Aristóteles, do platonismo, do racionalismo mecânico de Descartes e do pragmatismo anglo-saxônico do Século 17 e 18 que nunca não foram criticados. A teoria faz uma diferença entre a denominação e o termo é frequentemente entre uma dicotomia entre o pensamento e a linguagem. Dentro desta percepção as teorias que são mais utilizadas pela TGT formam uma construção intelectual idealista e pouco dialética. A simples observação das ambiguidades aqui mencionadas precisam ser integradas à Lógica. Rey concluiu que a filosofia da linguagem e a epistemologia a partir de filósofo Cassirer poderiam fazer algumas pontes com o neo-Kantinismo e a história das ciências. Assim, propõe um caminho para a distinção da terminologia da linguística. (Rey, 1979, p. 16-19).

A teoria é fortalecida e justifica o uso no âmbito da BCI quando, na década de 80, ocorre o Colóquio Internacional de Terminologia com o objetivo de resolver questionamento acerca de regras da definição e da sinonímia de conceitos e é neste evento que Dahlberg apresenta a Teoria do Conceito.

> O Groupe Interdisciplinaire de Recherche Scientifique et Appliquée em Terminologie (GIRSTERM), no Canadá, realiza um Colóquio Internacional de Terminologia sob o tema "Problemas da definição e da sinonímia em

> terminologia, com objetivo de discutir especificidades da definição em terminologia, como por exemplo: o que definir, por que definir a sinonímia dos termos versus a sinonímia das palavras – questões que se apresentam no cotidiano dos terminológos no exercício do trabalho. (Campos, 2001, p. 83).

Dahlberg (1978a, 1978b) construiu a teoria do conceito a partir da visão da formação do conceito oriunda da psicologia que define que os processos cognitivos são oriundos das experiências obtidas durante a vida. Os processos cognitivos gerados a partir destas experiências estruturam a mente e consequentemente o conhecimento sobre o mundo. Dahlberg crê que a formação do conceito científico se dá através dos processos cognitivos desenvolvidos e suportados pelo uso da linguagem. Portanto, a formação do conceito ocorre a partir da atribuição de afirmações verdadeiras as características do objeto ou referente. Estas características determinam o termo (definem uma forma verbal). Até a apresentação desta teoria era feita apenas a ligação do referente (objeto) ao termo (forma verbal). Esta dupla relação não estabelecia um caráter científico à TGT, pois se institui uma relação do ponto de vista do plano verbal (entre o objeto e a forma verbal) ou simplesmente dita como definição nominal.

Campos (2001, p. 20) aponta que desta forma, Dahlberg, através da TC," estabelece relações não mais entre uma teoria e um instrumento" conforme apresentado por Wüester, e sim, com a Teoria da Classificação facetada desenvolvida por Ranganathan. A teoria contém postulados que ajudam a definir o termo e suas relações para as tabelas de classificação como para os tesauros.

Na teoria de Dahlberg são diferenciados os conceitos individuais e dos conceitos gerais. O objeto, quando concebido como único dentre outros objetos e não necessita de uma forma de tempo ou espaço, é classificado como conceito individual. Já os conceitos gerais precisam da forma de tempo e espaço para compor o objeto. É possível, a partir da categorização formal dos

conceitos, combinar categorias e assim formar conceitos simples e compostos. As categorias são: objetos, fenômenos, processos, propriedades, relações, dimensão que possibilitam inúmeras combinações.

Todo conceito ou ideia tem uma demarcação ou limitação para se dizer do que se trata o conceito, pois ao objeto de um conceito é atribuído por intensão um conjunto de características ou atributos para formar o termo. Como o termo é o próprio conceito, estes atributos são os elementos diferenciais deste conceito para os demais conceitos. A definição diz o que é o conceito. Os conceitos individuais são os conceitos diferenciados dos conceitos gerais por portar na locução verbal, atributos de tempo e espaço. As características, atributos ou qualidades são ampliadas de acordo com a visão de mundo de cada indivíduo, o que gera a criação de novos conceitos. Ao criar novos conceitos é necessário rever os termos sinônimos para conceitos diferentes.

Para Dahlberg (1978b) a definição é uma espécie de

> explanação do sentido de uma palavra; outros, a simples descrição de um objeto; outros têm a tendência de restringir o conceito de definição aos processos contidos nos sistemas axiomáticos da matemática e da lógica. As definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos. A importância das definições evidencia-se também quando se tem em vista a comunicação internacional do conhecimento. E pelo domínio perfeito das estruturas dos conceitos que será possível obter também perfeita equivalência verbal. (Dahlberg, 1978b, p. 6).

Dahlberg (1978b, p. 7) afirma que

> podemos então definir a definição da seguinte maneira: definição — df delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito (conteúdo do conceito = intensão, ou conjunto de características ou

> atributos). A delimitação não exclui a fixação ou vice-versa e ambas se exigem mutuamente. [..] Só os conceitos gerais propriamente necessitam de definições. Só eles necessitam ser bem distinguidos dos demais conceitos a fim de que apareça com clareza a quais objetos se referem. Os conceitos individuais têm os próprios objetos bem determinados em virtude da presença das formas do tempo e do espaço. (Dahlberg, 1978b, p. 7).

As contribuições de Gomes (199?), Campos (2001), Rey (1979), Cesarino e Pinto (1978) e Dahlberg (1978a, 1978b) reúnem aqui olhares e intepretações sobre a terminologia e as fontes de referência especializadas com o intuito de refletir sobre a teoria terminológica para apresentar os subsídios para a construção de um glossário filosófico.

PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS

Como um estudo exploratório, com vistas à definição de um potencial instrumento para uso no plano do reconhecimento de conceitos na epistemologia biblioteconômico-informacional, o estudo percorreu, como vislumbrado até aqui, o reconhecimento de um conjunto de ideias a partir de seu contexto de manifestação.

Para a definição do *corpus*, buscou-se compreender a fase inicial da maturidade do pensamento de González de Gómez, reconhecida aqui no período pós-conclusão da tese de doutorado, nos anos 1990. O critério de seleção da amostra esteve relacionado aos primeiros artigos científicos publicados pela pesquisadora no início de sua trajetória como doutora. Tal critério foi baseado na assertiva de que, ali, tanto o contexto (o desenvolvimento histórico do IBBD-Ibict, bem como do campo biblioteconômico-informacional no país) como a pesquisadora experimentavam um processo de maturidade da pesquisa e da produção-circulação de ideias, projetando diretamente o percurso de construção de uma epistemologia em BCI, ou seja, de sua autorreflexividade.

Nesse sentido, no plano geral da pesquisa, para a demonstração do *corpus*, foram apresentados oito conceitos oriundos de quatro artigos de González de Gómez no início dos anos 1990, a saber, "A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas", publicado na Revista Ciência da Informação, em 1993; "Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação", publicada na Revista do Serviço Público, em 1994; *America Latina y Los Espejos de La Información*, publicada na Revista Ciencias de la Información, em 1994 e "Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas?", publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília, em 1995.

DA CONSTRUÇÃO DA COLETA DE DADOS

A partir da operacionalização do marco teórico da pesquisa, os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos em três etapas, sendo as duas primeiras preliminares, com foco na compreensão teórico-empírica do objeto de estudo; a terceira, com foco na elaboração do instrumento. Pontualmente, a primeira etapa intencionou a exploração teórico-metodológica propriamente dita, ou seja, a compreensão da teoria da terminologia e sua possibilidade de aplicação na elaboração de glossários. A segunda etapa desenvolveu o trabalho de cotejamento empírico, com vistas à compreensão dos resultados e dos possíveis diálogos entre teoria e prática na apresentação de dados em instrumentos terminológicos, como os glossários filosóficos já existentes. A terceira e última etapa se orientou para os processos de construção propriamente da ficha de identificação de conceito.

Para a primeira etapa consultamos os a) anais do "Segundo Simpósio Latino Americano de Terminologia" e "Primeiro Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica", ambos realizados em Brasília, em 1990; b) o livro de Maria Luiza de Almeida Campos, intitulado "Linguagem documentária, teorias

que fundamentam sua elaboração" contém um capítulo dedicado aos estudos terminológicos de Wüster; c) a obra "Introdução à Terminologia", de Maria da Graça Krieger e Maria José Bocorny Finatto. A segunda etapa, empírica, realizou a avaliação de glossários filosóficos na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, comparando os modos de feitura e de apresentação dos dados terminológicos no plano da descrição conceitual dentro da filosofia.

No âmbito da bibliografia terminológica de fundamentação teórico-metodológica, selecionamos o artigo "Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina" de Enildes Leite de Jesus Faulstich (1995), e o planejamento do trabalho apresentado por Krieger e Finatto (2015), no livro "Introdução à Terminologia". Ambos foram apropriados como base para a definição de critérios para planejamento, coleta de dados, análise e apresentação dos dados.

A partir da teoria faulstichiana, o essencial para o desenvolvimento de uma fonte de referência especializada é: conhecer o perfil do leitor para a fonte de referência especializada proposta; consultar o especialista da área para validar os termos selecionados; definir a demarcação da bibliografia e do seu respectivo período de publicação. A proposta, segundo a presente pesquisa, pode ser sintetizada conforme Quadro 1.

O planejamento do trabalho apresentado por Krieger e Finatto (2015, p. 127-128) relaciona as etapas de organização da fonte de referência especializada. As pesquisadoras sugerem a elaboração de um piloto ou simplesmente de um glossário experimental para analisar e permitir ajustes na construção do experimento, ou seja, a base da presente pesquisa aqui apresentada. Para elas, o planejamento estrutural de um glossário experimental é o momento de reflexão e determinação de como e o que incluir na obra de referência.

Quadro 1 – Traçado geral de fonte de referência a partir de critérios citados por Enildes Faulstich (1995)

TRAÇADO DO DESENVOLVIMENTO	DEMARCAÇÃO
Perfil do leitor	Graduação e pós-graduação em BCI
Validação dos termos selecionados	Pesquisador leitor de González de Goméz ou, de preferência, a própria pesquisadora
Demarcação da bibliografia/ano	Artigos do período de 1993 a 1995
Seleção de termos	Para cada conceito uma Definição

Fonte: Elaborado por Santos (2017) a partir de Enildes Faulstich (1995).

Assim, no planejamento do glossário compete definir: a inclusão ou não das partes introdutórias e anexos; a ordenação de tarefas de pesquisa, o registro e a revisão; o modo de armazenamento dos termos coletados juntamente com as características dos verbetes, a partir da leitura e análise dos textos-fonte em fichas e os critérios para o registro dos conceitos simples ou compostos (Quadro 2).

Quadro 2 – Planejamento e elaboração de fonte de referência a partir da proposta Krieger e Finatto (2015)

PLANEJAMENTO DO TRABALHO	DECISÃO
Inclusão de partes introdutórias e anexas	Sim, não e como?
Determinação das tarefas de pesquisa, registro e revisão	Como e quando?
Conceitos e definições	Como armazenar? Que características coletar?
Conceito simples ou composto	Como definir a escolha?

Fonte: Krieger e Finatto (2015).

Além dos critérios mencionados, as autoras advertem que é necessário considerar, em constante análise, junto as fontes de referência identificar, as seguintes questões: ao se avaliar fontes de referência, observar e apontar particularidades positivas ou negativas encontradas; ter como hábito, ler as páginas prefaciais antes de iniciar a análise, pesar durante a análise mais os aspectos intrínsecos do que os aspectos extrínsecos; observar se a coleção é

subutilizada através de relatórios de quantificação e qualificação da coleção e divulgar a coleção de referência através de serviços de alertas.

Enquanto Faulstich, Krieger e Finatto retrataram uma forma de concepção de uma fonte de referência sob o ponto de vista de estudos terminológicos linguísticos. A presente pesquisa adotou como problemática de observação empírica tais critérios como um roteiro estrutural de estudo de fontes de referência a analisar durante a segunda visita ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.

Como dito, a segunda etapa se pautou na avaliação empírica de fontes de referência especializadas. Esta etapa ocorreu em dois diferentes momentos, na Biblioteca do IFCS da UFRJ. O instituto foi escolhido por ser reconhecidamente uma das mais completas bibliotecas em filosofia do Estado do Rio de Janeiro.

DOS GLOSSÁRIOS FILOSÓFICOS AO EXPERIMENTO NA EPISTEMOLOGIA BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAL: A CAMINHO DA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITO

A partir de um conjunto de designações, os estudos sobre obras de referência especializadas no discurso filosófico são constituídos por glossários, léxicos, vocabulários filosóficos, ou de filósofos ou, ainda, de obras filosóficas. A etapa empírica nos permitiu conhecer objetivamente os modos de produção (quando explicitados) e de apresentação dos dados terminológicos no domínio da Filosofia.

A biblioteca da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e Ciência Política foi absorvida pelo instituto e segundo o Sistema de Bibliotecas e Informação, órgão gestor das bibliotecas da UFRJ, o instituto contém cerca de 114 mil publicações entre livros, periódicos, teses e monografias. No IFCS foi encontrado um grande volume de obras de referências para análise, dentre eles: dicionários filosóficos, léxicos, glossários etc.

As visitas à biblioteca do instituto tiveram como foco central a análise empírica dos glossários existentes, com vistas à compreensão do modo de construção e de apresentação conceitual. Na primeira visita, o material bibliográfico foi pesquisado pelo termo "glossário filosófico", intencionando a correção entre a "conceito-instrumental" "glossário" e sua aplicação. Foram encontrados três glossários filosóficos e um glossário etimológico. Os glossários, à exceção do glossário etimológico, possuíam uma ampla descrição sobre cada conceito arrolado. Além disto, parte das obras apresentavam referências bibliográficas das fontes consultadas para a elaboração dos verbetes.

A segunda fase do levantamento empírico trouxe um amplo panorama sobre o material a ser avaliado. Os critérios analisados e utilizados nesta pesquisa foram, quanto ao arranjo, informações dadas, acesso e outras características. Estes critérios pautaram a seleção de fontes de referência na segunda visita ao IFCS, como base de avaliação empírica do que seria considerado uma fonte de referência e seus vários aspectos.

Partindo dos critérios citados, os seguintes trabalhos foram reconhecidos e analisados, propondo-se a extensão e a exaustividade da descrição: Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2000); Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais de Mario Ferreira dos Santos (1963); Dicionário Hegel de Michael Inwood (1997); Dicionário de ética e filosofia moral de Monique Canto Sperber (2003); Dicionário de obras filosóficas de Denis Huisman (2000).

Após a experiência de contato com a produção do conhecimento em glossários conceituais no contexto da Filosofia, a pesquisa seguiu para a terceira etapa metodológica, a saber, a construção do próprio instrumento de coleta e de análise, especificamente, a ficha de identificação de conceito. Para a elaboração do experimento, foram adotados Wüster e Cesarino e Pinto do ponto de vista dos estudos da terminologia e de formação de índices temáticos para contribuir respectivamente na elaboração

do instrumento. Para a compreensão do todo da proposta, a base do pensamento dahlbergiano sobre o conceito foi adotada.

Segue-se na descrição metodológica do processo de construção das categorias adotadas da ficha de identificação de conceito, o resultado do experimento. Diferentes etapas, de tese, avaliação e reelaboração foram necessárias para o desenvolvimento da chamada "ficha final", que viria permitir as relações lógicas conforme é apresentado por Dahlberg (1978a, 1978b).

Na construção da primeira versão da ficha de identificação foi estabelecido entre as "fontes" e a categoria "autor em diálogo" uma relação ontológica associativa. A categoria "autor em diálogo" aparenta estabelecer uma relação inicialmente partitiva. Pois a categoria "autor em diálogo", conforme é visto no Quadro 3, não está disposta em relação hierárquica com as fontes. A seta indica a ideia de que "fonte em diálogo" tem um elo indireto com as fontes, de acordo com a primeira versão do experimento, ou seja, estabeleceu uma relação partitiva entre as categorias "fontes" e a categoria "ator(es) em diálogo".

No plano macro-teórico-metodológico do instrumento, definimos, como antevisto, a "ficha" como "ficha de identificação de conceito", tendo como aporte central a revisão do pensamento de Dahlberg (1978a, 1978b). Conforme a Teoria do Conceito há uma relação entre o objeto (referente), a forma verbal (termo) e as características que descrevem o objeto que formam o conceito. A estrutura teórico-metodológica da ficha é, pois, inspirada nas grandes categorizações da teoria dahlbergiana, a saber: o "conceito individual ou geral", a "definição", as "fontes" que estabelecem as "relações lógicas conceituais". Conforme proposto pelos enunciados de Dahlberg (1978b, p. 102), os conceitos individual e geral são apoiados nas:

> linguagens naturais é possível formular enunciados a respeito tanto dos conceitos individuais como dos conceitos gerais. É em base a tais enunciados que elaboramos os conceitos relativos aos diversos objetos. Cada enunciado verdadeiro representa

> um elemento do conceito. Suponhamos o objeto individual chamado IBICT (Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia). Sobre ele podemos formular os seguintes enunciados: é uma instituição; situada no Rio de Janeiro; relacionada com a coordenação dos sistemas de informação no Brasil e possui cerca de 60 funcionários, etc[... enquanto] os elementos contidos nos conceitos gerais encontram-se também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais. (Dahlberg, 1978b, p. 102).

Já a definição, segundo Dahlberg, explica a intensão do conceito como

> a soma total das suas características. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras na representação da intensão do conceito. [...] A definição é, de certo modo, uma *limitação,* ou seja, uma colocação de limites. Trata-se de determinar ou fixar os limites de um conceito ou ideia. Equipara-se algo ainda não conhecido (o elemento colocado à direita). Podemos então definir a definição da seguinte maneira: definição — df delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito (conteúdo do conceito = intensão, ou conjunto de características ou atributos). (Dahlberg, 1978b, p. 107).

E, para fechar o conceitual utilizado na pesquisa advindo da pesquisadora é apresentado a visão de Dahlberg (1978b) perante as relações hierárquicas de gênero e espécie.

> Se dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro, então entre eles se estabelece a relação hierárquica ou relação de gênero e espécie. Pode-se então falar de

> conceitos mais amplos ou mais restritos. Pode-se também falar de conceito superior e inferior. O conceito superior é o mais genérico e o inferior é o mais específico. Se falamos de *macieira* temos como conceito mais amplo ou superior o conceito de árvore *frutífera* e mais genérico ainda o conceito de árvore. Teremos então a seguinte hierarquia: Árvore/ árvore frutífera/macieira (Dahlberg, 1978b, p. 104)

Tal fundamentação inclui, ainda, segundo os olhares de Cesarino & Pinto (1978), a linguagem das "remissivas", a partir das quais foi identificada a potencialidade de indicar a intensão de uma outra possibilidade similar ao conceito, um quase sinônimo, ou um termo semelhante (mas não idêntico). As categorias "fontes" (central, secundária e terciária) foram elaboradas a partir da identificação dos autores e das referências bibliográficas (processos) possibilitadas pela análise de cada conceito. Os movimentos iniciais de elaboração da ficha geraram a versão estrutural abaixo (Quadro 3).

Quadro 3 – Modelo de ficha de identificação do termo – primeira versão

TERMO	
Campos	**Conteúdos**
Denominação:	"Dar o nome a"
Fonte central:	Apresentar a referência bibliográfica do texto fonte na qual o termo é apresentado.
Fonte(s) secundária(s):	Apresentar a(s) referência(s) bibliográfica(s) do termo do texto-fonte criado e usado por Nélida em outras fontes, além da fonte original.
Fonte(s) terciária(s):	Apresentar os pesquisadores que utilizaram o conceito criado ou usado por Nélida.
Autores em diálogo:	Refere-se a quem Nélida lê
Ver também:	Ficha aberta a possibilidade de remissivas para esclarecer e até reunir conceitos visando a sistematização

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

Mediante às primeiras análises e testes, a ficha de identificação de conceito sofreu acréscimos e alterações nos campos apresentados anteriormente. Consequentemente, a

visualização da ficha foi alterada. A mudança inicial vai ao encontro da troca do termo "campos" para "categorias" da ficha de identificação. Percebeu-se que os dados extraídos dos artigos eram dados sujeitos à modificação, durante e após a pesquisa. Cada categoria gera conteúdo sobre si mesma e é inclusa a "nota formal" que é uma espécie de nota sobre a variável, com a função de esclarecer e aprofundar a precisão do conteúdo do conceito. As categorias previstas na ficha deram abertura para constantes revisões e análises do experimento.

Outra alteração diz respeito ao nome da categoria "denominação" para "definição". Ao longo da primeira testagem foram identificadas duas questões problemáticas (uma direta, outra indireta) ao se adotar a categoria "denominação". O aspecto direto estava ligado ao seu significado, "dar nome a", segundo a teoria de Wüster. Isto significa que, dentre suas possíveis interpretações, uma delas responde pela intenção desta categoria em demarcar a nomenclatura do conceito. Acontece que os conceitos elaborados e apropriados por González de Gómez concebem uma pré-existência do ponto de vista do glossógrafo, do observador, já sendo manifestados em seu termo. Reconhecemos, como nas Considerações Finais é apontado, que o ato de desenvolvimento do glossário é, ao final, conforme o olhar wüsteriano, também parte de um processo de "construção" do conceito via o ato de denominação. Mas optamos, no curso da reflexão sobre a empiria, reavaliar a questão, uma vez que o foco central do glossário experimental estava em identificar e sistematizar os conceitos.

O outro aspecto, indireto, estava ainda em Wüster, ao usar o conceito correto para repensar do que se trata – denotação. Este conceito estabelece apenas uma relação direta entre o referente (objeto) e o termo (forma verbal). Nesta sentença direta predomina apenas a linguagem e não a ideia sobre o referente em conexão com o mundo, isto é, o conceito, focou no nosso glossário.

Na ficha, pois, a proposta foi adotar a definição nominal para firmar "o sentido de uma palavra" e assim, consolidar o emprego do conceito criado ou usado por González de Gómez.

Para fortalecer a definição do conceito, a categoria "definição" foi subdividida ainda em "definição conceitual", que demonstra o conceito manifesto de González de Gómez com intervenções no contexto, para dar clareza ao texto original para o leitor e a definição contextual, que relata o discurso integral da pesquisadora.

A ficha é acrescida da categoria "fonte genética", que é fonte de onde González de Gómez retira o conceito de forma explícita ou implícita, ou seja, a pesquisadora usa exatamente o conceito ou faz uso da ideia do conceito, porém atribui nome ao conceito do qual pretende revelar juntamente. Nesta categoria foi incluída a referência bibliográfica da obra lida pela pesquisadora, fato que não ocorria na categoria "atores em diálogo". Esta categoria foi excluída da ficha de identificação de conceito.

A categoria fonte central, por sua vez, foi alterada para fonte primária. Assim se estabeleceu a relação lógica entre conceito e fontes, a saber, genética, primária, secundária e terciária.

Para identificar as fontes para a categoria "fontes terciárias" foram adotadas:

a) Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) mantida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR);
b) Repertório de Produção Periódica Brasileira da Ciência da Informação desenvolvido no Laboratório de Estudos Métricos da Informação na *Web* – *Lab iMetrics* criado a partir de um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
c) Sistema de busca eletrônico do Google Acadêmico (*Google Scholar*).

Optou-se por utilizar a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e o *Google Scholar* devido ao volume de resultados pertinentes ao campo fontes terciárias. O último traz como resultados: a referência bibliográfica do artigo solicitado, a referência bibliográfica de quem cita o conceito e/ou o artigo solicitado, uma nota em três linhas sobre como o conceito foi apresentado pelo pesquisador que cita González de Gómez e,

por fim, traz o artigo em extensão PDF do citante e do citado. Além disso, o buscador traz pesquisadores que citaram também González de Gómez em dissertações e teses no Brasil e no exterior.

Mediante as mudanças realizadas, segue abaixo a versão projetada da ficha adotada ao longo da pesquisa (Quadro 4).

Quadro 4 – Modelo preenchido de ficha de identificação de conceito adotada na pesquisa

REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"Representação [do conhecimento]" não se estabelece na relação de [reconhecimento do homem com o mundo] e sim, dentro das relações [socioculturais de um grupo social ou entre grupos sociais ou] "de uns homens com outros homens."	
Definição contextual	"Representação não consiste em uma dimensão necessária da relação gnosiológica do homem com o mundo, mas em um constructo sócio-cultural constituído de relações de uns homens com outros homens."	
Fonte genética	-	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci Inf.,* Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993. p. 218.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária	---	
Ver	---	
Ver também	Estudos de organização e representação do conhecimento	
Notas conceituais	O conceito se apresenta em um diálogo com as condições paradigmáticas culturais do Ocidente, ou seja, a autora relaciona os a recuperação da informação com o contexto social e cultural. O modo como a sociedade se conecta com as ações culturais e sociais entre si.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

Feitos estes esclarecimentos sobre os procedimentos, passamos à demarcação da amostra, ou seja, dos quatro artigos

analisados, fruto das 56 fichas de conceitos construídas, ou, ainda, seguimos agora para os Resultados do estudo.

RESULTADOS: DADOS DO GLOSSÁRIO EXPERIMENTAL MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ

A amostra total do estudo foi composta por 56 fichas de identificação de conceito, estabelecidas a partir da análise de quatro artigos de González de Gómez. Cabe alertar que a amostra visou criar subsídios para a construção do glossário experimental, representando, pois, a apresentação geral do experimento (e não uma estrutura definitiva de dados para um glossário da epistemologia biblioteconômico-informacional a partir da pesquisadora).

A seguir apresentamos e analisamos a amostra demonstrativa de fichas de identificação do conceito composta de termos do campo de estudos filosóficos, sociais e informacionais. Para o recorte do presente documento, tendo em vista a pesquisa integral (Santos, 2017), apresentamos a seleção de seis conceitos, a saber, "locus ontológico do conhecimento", "locus da informação na esfera do Estado", "locus semiótico da informação", "locus político da informação", "artefato", "cidadania informacional".

a) "Locus ontológico do conhecimento" (Quadro 5):

Quadro 5 – Ficha de identificação do conceito "Locus ontológico do conhecimento"

LOCUS ONTOLÓGICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O locus ontológico do conhecimento é objeto de] "apresentação do real. O intelecto que intui (nous), em frente do qual o entendimento argumentativo (dianóia) possui um caráter derivativo. "O saber não vem da competência lógica ou da receptividade transparente das faculdades de representar mas da	

LOCUS ONTOLÓGICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	passiva abertura do ser. Trata-se de remeter sempre aquilo que aparece e que parece ser enquanto derivado àquilo que, enquanto originário, estabelece-se como modelo."	
Definição contextual	"Assim, o locus de apresentação do real é o intelecto que intui (nous), em frente do qual o entendimento argumentativo (dianóia) possui um caráter derivativo. A dignidade e excelência do saber não vem da competência lógica ou da receptividade transparente das faculdades de representar mas da passiva abertura do ser. Trata-se de remeter sempre aquilo que aparece e que parece ser enquanto derivado àquilo que, enquanto originário, estabelece-se como modelo."	
Fonte genética 1	PLATON. *La República*. Bs. As. EUDEBA s/d.	Platão - conceito de "Plano dos Dois Mundos"
Fonte genética 2	ARISTÓTELES. *Metafísica*. Barcelona, 1964, 388p.	Aristóteles e o conceito do pensamento com o real= logos com locus da verdade
Fonte genética 3	HEIDEGGER, M. *La pregunta por la cosa*. BS. As., SUR, 1964.	Heidegger, e o conceito do Logos como síntese = "permitir ver algo como algo".
Fonte genética 4	DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 499 p.	Deleuze e o conceito da diferença entre cópia e simulacro
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci Inf.,* Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993. p. 218.	
Fonte secundária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v. 2,	

LOCUS ONTOLÓGICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009. p. 115-117.	
Fonte terciária	---	
Ver		
Ver também	Ontologia [do conhecimento]	
Notas conceituais	O conceito se apresenta como um dos locus (local) do conhecimento na sociedade ocidental. O Locus antológico ou simplesmente Ontologia do conhecimento se faz entender pelas mãos de Platão através do conceito do "Plano dos Dois Mundos". Este tem como significa a submissão de idéias ou formas sob o princípio de verdade e da realidade nos objetos dispostos no cotidiano da experiência. Aristóteles reformula o conceito e define o solo do conhecimento está no "logos" – verbo escrito ou falado que torna a idéia verdade. E assim, se estabelece a relação do homem com relação ao mundo palpável.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "locus ontológico do conhecimento" foi extraído na íntegra do artigo a partir da descrição da autora. O conceito é apresentado de forma direta e objetiva por González de Gómez (1993, p. 218), comportando as definições conceitual e contextual. O foco definicional do "locus ontológico do conhecimento" é "um objeto de apresentação do real. Para apresentar o conceito "locus Ontológico do Conhecimento", González de Gómez lê: a "Republica" de Platão, de onde extrai o conceito do "plano dos dois mundos"; "Metafísica" de Aristóteles, de onde extrai o conceito do "pensamento com o real"; A "Pergunta pela Coisa" de Heidegger de onde extrai o conceito de "verdade como síntese" e "Diferença e Repetição" de Deleuze de onde extrai o conceito de "diferença entre cópia e simulacro". A remissiva admite uma relação quase sinônima com o conceito e por isto pode-se admitir que o conceito "locus ontológico do conhecimento" pode ser reduzido em sua forma verbal para simples "ontologia do conhecimento" ou simplesmente "ontologia". Em "notas conceituais" é apresentada a visão da pesquisa frente ao conceito apresentado pela pesquisadora.

b) "Locus da informação na esfera do Estado" (Quadro 6):

Quadro 6 – Ficha de identificação do conceito "locus da informação na esfera do Estado"

LOCUS DA INFORMAÇÃO NA ESFERA DO ESTADO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O conceito traz um] aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	
Definição contextual	"Um aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	Este conceito tem relação direta com a primeira fase do Governo Vargas e a criação do DASP e modernização do Estado.
Fonte genética	---	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. *RSP,* Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 143-151. 1994. p. 145.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária	---	
Ver	---	
Ver também 1	Locus político da informação	Com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq o conceito apresentado no cabeçalho da ficha é alterado

LOCUS DA INFORMAÇÃO NA ESFERA DO ESTADO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
		para Locus político da informação pois é acrescida gradativamente ao contexto político informacional, a informação cientifica e tecnológica. (Década de 50)
Ver também 2	Locus para a questão da informação na esfera das políticas publicas	Com a constituinte de 1988 a abertura para a Democracia e como consequência onde o Estado torna-se duplamente responsável pela gestão da informação do governo e por permitir o direito à informação aos cidadãos brasileiros.
Notas conceituais	O conceito iniciou com a intenção de desenvolvimento administrativo e educativo as esferas governamentais carentes de informação e conhecimento sobre si e sua atuação frente as ações sociais. Com o início da pesquisa cientifica no Brasil e a criação de instituições de apoio a política de segurança e desenvolvimento, o conceito foi ampliado para absorver o conhecimento cientifico e tecnológico.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "Lócus da informação na esfera do Estado" é extraído na íntegra do artigo (González de Gómez, 1994, p. 145). O conceito é composto pois no confronto entre definições conceitual e contextual diz que "Lócus da informação na Esfera do Estado" é uma combinação de informação (objeto) + Estado (local) + um tempo não implícito no conceito e sim nas Notas da Definição contextual onde menciona que o conceito possui relação direta com a primeira fase do Governo Vargas e a criação do DASP e modernização do Estado. Mais uma vez, as Notas relacionadas a categoria "remissivas" relacionam "locus político da informação" e "locus para questão da informação" na esfera das políticas públicas a quase um sinônimo para "lócus da informação na esfera do Estado". O conceito "locus político da informação" está relacionado à criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq e a preocupação do Estado em desenvolver a informação científica e tecnológica, na década de 50. Já o conceito "locus para a questão

da informação na esfera das políticas públicas" se estabelece com a abertura democrática, na constituinte de 1988, e declara o Estado responsável pela gestão da informação pública e, também, pela responsabilidade pelo direito à informação aos cidadãos brasileiros. Em notas conceituais é apresentada a visão da pesquisa frente ao conceito apresentado pela pesquisadora.

c) Locus semiótico do conhecimento (Quadro 7):

Quadro 7 – Ficha de identificação do conceito "locus semiótico do conhecimento"

LOCUS SEMIÓTICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O locus semiótico do conhecimento ou semiótica apresenta] a simbólica da representação homologaria todas as tradições disciplinares e técnicas em torno da representação de (conhecimentos, informações, dados) e seus suportes e registros. [...] desenha-se, em torno da questão da representação um campo interdisciplinar que reúne, ao menos, as ciências do conhecimento, da linguagem, da informação e suas interfaces com as novas tecnologias."	
Definição contextual	"A nova interpretação semiótica ou simbólica da representação homologaria todas as tradições disciplinares e técnicas em torno da representação de conhecimentos, informações, dados) e seus suportes e registros. Por outro lado, desenha-se, em torno da questão da representação um campo interdisciplinar que reúne, ao menos, as ciências do conhecimento, da linguagem, da informação e suas interfaces com as novas tecnologias."	O conceito Semiótica é desenvolvido através da corrente Estruturalista, século XIX.
Fonte genética 1	BICCA, L. A. Subjetividade moderna: impasse e perspectivas.	Cita Peirce: "A comunicação e

LOCUS SEMIÓTICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	Síntese Nova Fase, v. 20, n. 60, p. 9-34, 1993.	conhecimento são acontecimentos no interior do signo."
Fonte genética 2	BORDIEU, P. Esforço de uma teoria da Práxis. *In*: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.	Cita Saussure: "o médium verdadeiro da comunicação entre dois sujeitos não é o discurso enquanto dado imediato considerado em sua materialidade observável, mas a língua enquanto estrutura de relações objetivas que torna possível a produção do discurso e sua decifração."
Fonte genética 3	PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.	---
Fonte genética 4	POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo, 1975.	"O conhecimento em sentido objetivo é conhecimento sem conhecedor, é conhecimento sem sujeito que conheça"
Fonte genética 5	SAUSSURE, F. de. As palavras sobre as Palavras. *In*: Sausurre, F. de *et al. Textos Selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).	---
Fonte genética 6	VICKERY, B. C. Knowledge Representation; a brief review. *Journal of Documentation*, n. 42, 1986	"A representação do conhecimento na forma simbólica é uma questão que preocupou o mundo da documentação desde sua origem. [...] A estrutura de dados nos programas de computador; a estrutura sintática e semântica da linguagem natural; a representação do conhecimento em inteligência artificial; os modelos de memória humana: em todos estes campos é necessário decidir como o

LOCUS SEMIÓTICO DO CONHECIMENTO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
		conhecimento pode ser representado de forma que as representações possam ser manipuladas."
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993. p. 220-221.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária 1	AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. *TransInformação*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 47-58, jan./abr.2008	
Fonte terciária 2	KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação da informação. *DataGramaZero*, v. 8, n. 6, dez. 2007. Art.1	
Fonte terciária 3	SALDANHA, Gustavo Silva. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. *InCID*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, jan./jun. p. 47-67.	
Ver	---	
Ver também	Semiótica do conhecimento	
Notas conceituais	O conceito apresenta a relação simbólica de representação de diferentes artefatos de informação (sejam eles: livro, documento, o computador, base de dado etc.) que visam a recuperação da informação em meio as novas tecnologias. Sendo que os códigos das interpretações representacionais são semelhantes, agregados e referenciados uns aos outros.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "locus semiótico do conhecimento" foi elaborado por co-constituição a partir do discurso da autora. O conceito é apresentado de sem forma direta, mas partindo da reflexão do quadro diferencial de locus informacional tecido por González de Gómez (1993, p. 220-221), comportando as definições conceitual e contextual. O foco definicional do conceito é a condição simbólica da representação, via semiótica, reunindo as tradições disciplinares e técnicas em torno da representação de (conhecimentos, informações, dados) e seus suportes e registros. O conceito apresenta a relação simbólica de representação de diferentes artefatos de informação (sejam eles: livro, documento, o computador, base de dado etc.) que visam a recuperação da informação em meio as novas tecnologias. Sendo que os códigos das interpretações representacionais são semelhantes, agregados e referenciados uns aos outros.

d) Locus político da informação (Quadro 8):

Quadro 8 – Ficha de identificação do conceito "locus político da informação"

LOCUS POLÍTICO DA INFORMAÇÃO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[O conceito traz um] aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	
Definição contextual	"Um aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."	Este conceito tem relação direta com a primeira fase do Governo Vargas e a criação do DASP e modernização do Estado.
Fonte genética	---	

Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. *RSP,* Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 143-151. 1994. p. 145.	
Fonte secundária	---	
Fonte terciária	---	
Ver	Locus da informação na Esfera do Estado	
Ver também	---	
Notas conceituais	O conceito iniciou com a intenção de desenvolvimento administrativo e educativo as esferas governamentais carentes de informação e conhecimento sobre si e sua atuação frente as ações sociais. Com o início da pesquisa cientifica no Brasil e a criação de instituições de apoio a política de segurança e desenvolvimento, o conceito foi ampliado para absorver o conhecimento cientifico e tecnológico.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito "locus político da informação" foi igualmente elaborado por co-constituição via a problematização apresentada pela autora da autora. O conceito é apresentado de sem forma direta, junto da reflexão do quadro diferencial de locus informacional tecido por González de Gómez (1994, p. 145). O conceito está vinculado ao que a autora chama de

> aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latinoamericanas onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontinua das ações de informação, em todos os planos organizacionais."

O conceito está vinculado ao desenvolvimento administrativo e educativo as esferas governamentais carentes de informação e conhecimento sobre si e sua atuação frente as ações sociais.

e) "Artefato" (Quadro 9):

Quadro 9 – Ficha de identificação do conceito "artefato"

ARTEFATO		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	"[Techné tem um fim ou resultado advindo de uma idéia] de um saber fazer orientado por regras. Saber dos meios contingenciados pela exterioridade do fim"	
Definição contextual	"Aristóteles define Filosofia como a busca do mais do saber. Por sua direção, aponta sempre como fim a sua própria realização. Independente da imposição externa de fins ou resultados a diferença das artes (texne), saber fazer orientado por regras, saber dos meios contingenciados pela exterioridade do fim."	
Fonte genética	ARISTÓTELES. *Metafísica*. Barcelona, Iberia. 1964. Cif. L VI, Cap. IV	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? *R. Bibliotecon. Brasília*, v. 19, n. 2, p. 257-268, jul./dez. 1995. p. 258	Este é o artigo em análise direta nesta pesquisa.
Fonte secundária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais*... São Paulo: Enancib, 2008.	
Fonte terciária	---	
Ver	Techné	
Ver também	Estado da arte	
Notas conceituais	Techné remete a ideia de saber construir um artefato a partir do saber, ou seja, a partir da combinação de conhecimento, prática e experimentação. Por este motivo este é o radical de muitas palavras que remetem est idéia como técnica, tecnologia. O conceito artefato não está no artigo, porém é identificado e nomeado pela pesquisadora no artigo que encontra-se registrado em fonte secundária.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

"Artefato" é um conceito simples, remontando o conceito clássico de "técnica" (González de Gómez, 1995, p. 258). O confronto entre definições conceitual e contextual dá ideia que "artefato" é "um objeto que processa algo, ou seja, algo que é "um fim ou resultado advindo de uma idéia] de um saber fazer orientado por regras." Para apresentar o conceito "artefato", González de Gómez lê: a "Metafísica" de Aristóteles, do qual extrai o conceito do "techné". A remissiva "ver também" admite uma relação quase sinônima entre os conceitos "artefato", "techné" e "estado da arte". Em notas conceituais são apresentados a visão da pesquisa frente ao conceito apresentado pela pesquisadora.

f) Cidadania informacional (Quadro 10):

Quadro 10 – Ficha de identificação do conceito "cidadania informacional"

CIDADANIA INFORMACIONAL		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
Definição terminológica	[Sociedade contratual é] "uma rede constante de produção e registro de informação. [Mantém] num mesmo tecido as testemunhas das relações contratuais entre o Estado e os cidadãos e dos cidadãos entre si. [O] mercado, o parlamento, a opinião pública, a formação discursiva do consenso [são as instituições que integram da sociedade contratual]. [...Estas instituições legitimariam] os direitos de acesso à informação da cidadania, mas também deveriam estruturar os processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações."	
Definição contextual	"Uma rede constante de produção e registro de informação manteria num mesmo tecido as testemunhas das relações contratuais entre o Estado e os cidadãos e dos cidadãos entre si. Organizam os planos de integração da sociedade moderna: o	

CIDADANIA INFORMACIONAL		
Categorias	**Conteúdos**	**Notas**
	mercado, o parlamento, a opinião pública, a formação discursiva do consenso. [...] legitimavam os direitos de acesso à informação da cidadania, mas também deveriam estruturar os processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações."	
Fonte genética	---	
Fonte primária	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. *Revista do Serviço Público,* Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 143-151. 1994. p. 144.	
Fonte secundária 1	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero,* Brasília, DF, v. 1, n. 6, p. Dez. 2000.	
Fonte secundária 2	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos. *Ciência da Informação,* Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.	Este artigo não menciona a fonte primária desta ficha, porém, o conceito cidadania aliado a informação é desenvolvido ao longo do texto, razão pela qual foi incluso.
Fonte terciária	---	
Ver	Sociedade contratual	
Ver também 1		
Notas conceituais	O conceito diz como seria a articulação da rede e entre cidadãos e legitimaria o direito ao acesso a informação. Mas como diz o artigo em fonte primaria, foi apenas proposta inicial.	

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

O conceito de "cidadania informacional" responde, segundo González de Gómez (1994, p. 144), pela rede permanente

de produção e de registro da informação, envolvendo as relações contratuais que estão manifestas entre o Estado, os cidadãos e a comunidade de cidadãos entre si. Esta rede permite a organização de" planos de integração da sociedade moderna", que legitimam o acesso à informação, bem como os "processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida com o intuito de definir subsídios para o a elaboração de um glossário experimental de âmbito da epistemologia biblioteconômico-informacional, projetado a partir da extração de conceitos apresentados e apropriados por Maria Nélida González de Gómez em artigos científicos publicados a partir de 1993.

Para fundamentar a pesquisa do ponto de vista do referencial teórico, a pesquisa inter-relacionou quatro dimensões histórico-teóricas, a saber: a) O IBICT e a formação da pós-graduação no Brasil desenvolvidos por Lydia Queiroz Sambaquy, Lena Vânia Pinheiro, José Mauro Matheus Loureiro e Nanci Oddone; b) a narrativa biobibliográfica sobre Maria Nélida González de Gómez; c) os estudos teóricos sobre fontes de referência especializadas; e, por fim, d) o debate sobre a teoria da terminologia.

Nos procedimentos metodológicos, foram apresentados os modos de construção teórica e aplicada da ficha de identificação de conceito, principal ferramenta elaborada e aplicada no curso do processo de pesquisa. O estudo gerou 56 fichas a partir do reconhecimento dos conceitos de quatro artigos de González de Gómez reconhecidos na produção de ideias da pesquisadora após a conclusão de seu doutorado, no início dos anos 1990. Deste montante, foram apresentadas e analisadas as fichas referentes aos conceitos reconhecidos. Os dados completos obtidos foram alocados no apêndice da pesquisa.

A pesquisa demonstrou a importância das fontes de referência especializadas, ou seja, dicionários e glossários filosóficos, para a organização do conhecimento epistemológico biblioteconômico-informacional. As fontes de referência especializadas são os tijolos que preenchem o saber sobre um determinado conhecimento teórico, no contexto de uma língua de especialidade. A fonte esclarece conceitos, preenche o tecido informacional sobre um determinado conhecimento e se torna um objeto de estudo para a atual e as próximas gerações. Portanto, a pesquisa sugere, mediante a identificação dos subsídios para elaboração do glossário experimental, que tais fontes possam se desenvolver no plano epistemológico do campo.

Reconhecendo que o conjunto de etapas de identificação, seleção, extração e categorização de conceitos representa uma atividade subjetiva e requer revisão permanente, concluímos que o exercício de produção de um glossário representa um processo metaconceitual, ou seja, trata-se, em grande medida, de uma espécie de nova construção do conceito. Essa conclusão aponta para a necessária cadeia de reavaliação constante das teorias, dos métodos e dos resultados da produção terminológica, como forma crítica de aprofundamento de tais construtos subjetivos. Sabemos, pois que, o protótipo aqui desenvolvido, bem como os conceitos extraídos, carece ainda de avaliação crítica e validação por parte da comunidade especializada.

Como síntese da construção do glossário experimental Maria Nélida González de Gómez, o estudo demonstrou a riqueza e a profundidade conceitual da pesquisadora, bem como o amplo caminho ainda a percorrer na sistematização de seu pensamento. A proposta empírica lega aos estudos filosóficos e epistemológicos do campo informacional passos iniciais para compreensão da obra de González de Gómez, como também lança à comunidade científica um modelo para o desenvolvimento de glossários de outras fontes responsáveis diretamente pela construção teórico-metodológica da Ciência da Informação a partir do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega; PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, 1978.

DAHLBERG, Ingetraut. **Ontical structures and universal classification**. Bangalore: Sarada Ranganathan endowment for Library Science, 1978a.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DIAS, Eduardo Wense. Obras de referência. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 199-216.

FAULSTICH, Enildes. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

GOMES, Hagar Espanha. **Classificação, tesauro e terminologia**. Rio de Janeiro: BITI, [199?].

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalidade da informação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 143-151, 1994.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Comentários ao artigo "Hacia um nuevo pardigma em bibliotecologia". **Transinformação,** Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. **Configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT**: um estudo de caso. 1982. 185f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da organização dos saberes às políticas de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez.1996b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Dos estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. *In*: AQUINO, Miriam de Alburquerque (org.). **O Campo da Ciência da Informação**: Gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Entrevista - Maria Nélida Gonzalez de Gomez. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 3, n. 1, p. 172-181, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i1p172-181. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/42377. Acesso em: 21 out. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 29-84.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 257-268, jul./dez. 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramaZero**, Brasília, v. 1, n. 6, dez. 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas de informação e documentação**. 2. ed. Brasília: FBB: IBICT, 1994.

HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Borcony. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2015.

ODONNE, Nanci Elisabeth. **Ciência da informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (1930, 1970). 2004. 161f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2004.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: Le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Palais Mundial Mundaneum, 1934.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Ciência da informação desdobramentos disciplinares e transdisciplinaridade. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Infra-estrutura em Ciência da Informação no Brasil. **DataGramaZero**, Brasília, v. 1, n. 6, p. 4, 2000.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da informação,** Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

REY, Alain. **La terminologie**: noms et notions. Paris: Puf, 1979.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **O IBBD e os serviços que se propõe a prestar**. Rio de Janeiro: IBBD, 1957.

SANTOS, Lourdes Maria dos. **Subsídios teórico-aplicados para a elaboração de um glossário no contexto da epistemologia biblioteconômico-informacional**. 2017. 138f. Dissertação Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Mario Ferreira dos. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. São Paulo: Matese, 1963.

SPERBER, Monique Canto. **Dicionário de ética e filosofia moral**. 21. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

Como citar

SANTOS, Lourdes Maria dos; SALDANHA, Gustavo Silva. Subsídios teórico metodológicos para a construção do glossário filosófico informacional Maria Nélida González de Gómez. *In:* GRACIOSO, Luciana de Souza; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MENEZES, Vinícios Souza de; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **O pensamento de Maria Nélida González de Gómez**: ressonâncias científicas, memorialísticas e afetivas. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 169-218. DOI: https://doi.org/10.22477/9786582912450.cap10.